

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL DAS CIÊNCIAS
E DA SAÚDE



Casa de
Oswaldo Cruz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

YASMINE MARTINS BARBOSA

**O MUSEU INDIGENA PITAGUARY: PROPOSTA DE INCORPORAÇÃO DO
HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS NA COLEÇÃO MUSEOLÓGICA**

Rio de Janeiro

2019

YASMINE MARTINS BARBOSA

**O MUSEU INDIGENA PITAGUARY: PROPOSTA DE INCORPORAÇÃO DO
HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS NA COLEÇÃO MUSEOLÓGICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Alda Lúcia Heizer

Rio de Janeiro

2019

- 1.0 Coleção Botânica (MIP.CB) - composta por sementes, folhas e flores em exposição no Museu, o horto de plantas medicinais em sua totalidade de plantas e a APA da Reserva da Aratanha.
- 2.0 Coleção de Fotografias (MIP.CF) - composta pelas fotografias de diferentes autorias pertencentes ao Museu.
- 3.0 Coleção de Barro (MIP.CBA)-composta por vasos, pratos, panelas, entre outros.
- 4.0 Coleção de esculturas (MIP. CE)-composta por esculturas de diversos materiais presentes no Museu.
- 5.0 Coleção de utensílios de caça (MIP. CUC) -composta por arco e flechas, bordunas, lanças e facas do Museu.
- 6.0 Coleção de Cestarias (MIP.CC)-composta por cestas, peneiras, e bolsas de palha.
- 7.0 Coleção de pedras (MIP.CP) -composta por rochas encontradas na TI.
- 8.0 Coleção Ritualística (MIP. CR)- composta por cachimbos, fumos, colares entre outros objetos usados em rituais de pajelança.
- 9.0 Coleção de Adornos (MIP.CA) - composto por Cocares, saias de palha, brincos de pena, faixas de pena entre outros.
- 10.0 Coleção de tapeçaria (MIP. CT) - composta por tapetes do Museu.
- 11.0 Coleção de utensílios de cozinha (MIP. CCU) - composta por conchas de sopa, cumbuca, potes de madeira entre outros.
- 12.0 Coleção de ossadas (MIP. CO) - compostas por diversas ossadas de animais encontradas na TI.

As coleções receberam os respectivos códigos numéricos e um número de registro para cada particularidade de coleção, visando à sua identificação. A criação do número de registro estabeleceu uma ordenação que facilita o acesso à informação, pois esse acesso pode ser usado pelos gestores como uma documentação funcional do acervo. No entanto, esta dissertação não apresentará a documentação completa dos acervos que foram inventariados, já que o processo de inventariação participativa ainda está sendo difundida entre os agentes do Museu.

2.2.1 O Horto das plantas medicinais

Além disso, na TI Monguba, existia o Projeto do Horto de Plantas Medicinais, que abrigava uma expressiva coleção botânica de plantas medicinais, objeto do Projeto “VIGISUS

II”,⁸⁸ vinculado ao Ministério da Saúde, que consiste na realização de um manual operativo com a finalidade de orientar os diversos projetos e que tinha como objetivo promover o cultivo de plantas, ervas e frutos para consumo e tratamento e cura dos moradores da região.

No entanto, esse projeto está temporariamente desativado e, conseqüentemente, sem auxílio profissional e de materiais para conservá-lo, logo o Horto encontra-se limitado à apenas 12 canteiros, cada um com ervas medicinais específicas, porém, não identificadas e classificadas através de placas. Apenas *Dona Valdira Pitaguary*, *Dona Júlia Pitaguary*, o *Pajé Barbosa* e *Dona Liduína* ainda preparam garrafadas, lambe-lambees outras práticas de cura por meio das ervas medicinais, e apenas *Seu Raimundo* e *Seu Antônio Lira* cuidam da conservação desses canteiros.



Foto 15 - Canteiros do horto e plantas medicinais 1. FONTE: Coleção pessoal.

⁸⁸Maiores detalhes no endereço eletrônico do projeto. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/projeto_vigisus_II_modernizacao_sistema_nacional_vigilancia_saude_indigena.pdf. Acesso em: 03. ago. 2019.



Foto 16 - Canteiros do horto e plantas medicinais 2. FONTE: Coleção pessoal.

Dentre os fatores de destaque para o distanciamento da população da TI Monguba do Horto de Plantas Medicinais e das práticas de medicina tradicional, destacamos que a TI é assistida por um Polo Base Pitaguary⁸⁹, que atua nas regiões dos municípios de Pacatuba e Maracanaú, o qual está vinculado ao DSEI⁹⁰, uma unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)⁹¹, e os agentes de saúde que trabalham no Polo Base são moradores da TI, o que aproxima e facilita a utilização do Polo pelos indígenas.

⁸⁹Segundo o *site* do Ministério da Saúde, com o objetivo de atender grande parte das demandas de saúde das comunidades indígenas, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) possuem Polos Base para o atendimento aos indígenas. Os polos são a primeira referência para as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) que atuam nas aldeias. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-indigena/saneamento-e-edificacoes/dseis>. Acesso em: 03. Ago.2019.

⁹⁰O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Trata-se de um modelo de organização de serviços – orientado para um espaço etno-cultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado –, que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolvendo atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência, com o Controle Social. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-indigena/saneamento-e-edificacoes/dseis>. Acesso em: 03. Ago.2019.

⁹¹O SasiSUS configura-se em uma rede de serviços implantada nas terras indígenas, a partir de critérios geográficos, demográficos e culturais. Seguindo os princípios do SUS, esse subsistema considera a participação indígena como uma premissa fundamental para o melhor controle e planejamento dos serviços, bem como uma forma de reforçar a autodeterminação desses povos. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-indigena/sobre-a-area>. Acesso em: 03. Ago.2019.

Entretanto, em relação aos idosos, o quadro de frequência e presença ao Polo diminui, pois optam pelo tratamento com plantas medicinais, do Horto ou cultivadas em seus quintais. Durante a pesquisa de campo, participei da Roda dos Idosos, realizada pelo Polo Base, quinzenalmente, na Oca da Casa de Apoio, este evento conta com agentes de saúde e agentes de assistência social, os quais apontam a importância dos tratamentos médicos e a necessidade de ir até o Polo regularmente.

Em 2009, o DSEI/CE, realizou o cadastramento dos cuidadores da medicina tradicional indígena, nas aldeias Horto, Olho d'água, Santo Antonio e Monguba. Esse programa teve por objetivo incentivar e fortalecer a medicina tradicional, preservando a cultura e revitalizando as práticas de saberes tradicionais indígenas. Foram cadastrados 46 cuidadores da etnia Pitaguary nas respectivas categorias: curandeiro, pajé, cacique, rezador, benzedeira, parteira e raizeiro. Porém, em 2018, durante a pesquisa de campo, pude observar que na TI Monguba apenas quatro Pitaguary ainda praticavam medicina tradicional.

No artigo intitulado Práticas tradicionais de cura. Políticas públicas e intermedicalidade entre os Pitaguary do Ceará, os pesquisadores João Tadeu Souza e Carlos Kleber Saraiva (2016, p.188) afirmam que:

Os Pitaguary da Monguba assumem distintos percursos terapêuticos no dia a dia. Estas práticas não se encontram desvinculadas, mas frequentemente estão em interface, dependendo dos problemas de saúde e das decisões para enfrentá-los. “Medicina do homem branco” é a expressão utilizada por curadores e lideranças Pitaguary para se referirem aos serviços públicos de saúde. O termo apresenta uma dimensão étnica e política dentro da luta indígena. Os Pitaguary têm uma unidade de saúde da família, a Esf (para a população de não índios), e uma unidade de saúde indígena, o Disci. Essas agências incluem equipes multidisciplinares – médico, dentista, enfermeira, assistente de enfermagem, agentes de saúde e de fiscalização sanitária –, mas frequentemente essas equipes não estão completas.

Segundo os Pitaguary, a medicina tradicional também chamada pelos indígenas de “os troncos velhos”, “dos antigos”, é uma prática que propicia saúde, previne e trata doenças, sejam elas de natureza física ou mental. Em se tratando dos Pitaguary de Monguba, a saúde é vista como um estado natural; é a própria vida que precisa ser mantida. A saúde e a doença se constroem, segundo os Pitaguary, a partir de relações sociais e de relações com a natureza: quando o meio ambiente está bem, o corpo está bem e a cabeça também está bem.

Para manutenção da saúde, os Pitaguary, na maioria os mais velhos recorrem à sua medicina tradicional e, dentro desse contexto, apenas o Pajé Barbosa, Dona Liduina, Dona Valdira e Dona Júlia, praticam a medicina tradicional, que tem como função manter o equilíbrio do bem estar através de rezas e de remédios à base de plantas e animais; que combatem as

doenças do corpo e da alma, essas pessoas fabricam os *lambedores* (compostos de mel para ingestão) e as garrafadas (infusão utilizada tanto para ingestão quanto para o banho), ainda muito utilizados pelos indígenas.

É importante chamar a atenção para o fato que os saberes indígenas existem por transmissão oral e, na TI Monguba, apenas quatro indígenas Pitaguary detêm o conhecimento e as práticas da medicina tradicional. Até 2018, ainda não existia trabalho algum relacionado ao inventário desses saberes, por parte dos guias do Museu Indígena Pitaguary, alunos da Escola Indígena ITA-ARA e dos gestores do Museu. Por mais que o Horto seja considerado parte integrante do Museu Indígena Pitaguary, e acervo botânico deste, se faz necessário documentar a materialidade e a imaterialidade presente no Horto.

CAPÍTULO III - PROPOSTA DE INCORPORAÇÃO DO HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS NA COLEÇÃO MUSEOLÓGICA

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 80% das pessoas dos países em desenvolvimento no mundo dependem da medicina tradicional para as suas necessidades básicas de saúde e cerca de 85% da medicina tradicional envolve o uso de plantas ou extratos (BRASIL, 2006b). Ao se referir às plantas, em especial às medicinais, no caso dos Pitaguary, o conhecimento adquirido⁹² sobre essas espécies, seus usos, indicações e manejo são uma herança dos antepassados, que de forma tradicional, têm transferido seus conhecimentos de geração a geração por meio da oralidade. Assim, o processo de utilização das plantas em práticas tradicionais como remédios caseiros e comunitários é considerado patrimônio imaterial.⁹³

A definição de Medicina Tradicional⁹⁴, segundo a OMS⁹⁵, é todo o conjunto de conhecimentos, habilidades e práticas baseadas em teorias, crenças e experiências indígenas de diferentes culturas, explicáveis ou não, usadas para a manutenção da saúde, bem como para prevenção, diagnóstico, melhoria ou o tratamento de doenças físicas ou mentais. Para a Organização, os medicamentos produzidos pelas populações tradicionais são considerados medicamentos fitoterápicos.

Considerando as práticas de Medicina Tradicional, a OMS lançou, em 2002, a Estratégia Medicina Tradicional, que buscava desenvolver políticas nacionais para avaliação e regulação

⁹²Assim, concordamos com Leslie (1980), Helman (2007) e Kleinman (1978) em que os sistemas médicos devem ser entendidos como estruturas pluralísticas, nas quais a medicina cosmopolita é um componente, entre outras opções terapêuticas, e a atenção em saúde assume distintos modos culturais de diagnóstico e tratamento de enfermidades. Os elementos socioculturais são incontornáveis, revelando que diferentes formas de Medicina ocorrem em contextos sociais vivos, com diversidade étnica, constrangimentos políticos, conflitos econômicos, prejuízos ao corpo e à saúde e crenças mítico-religiosas. Estes aspectos são relevantes porque os esforços pela integração dos sistemas terapêuticos se fundamentam no reconhecimento das culturas indígenas e em seus métodos de cura (BRASIL, 2002; MARTIN-HILL, 2009; STEPHENS et al., 2006). Tal fato repercute nas políticas públicas voltadas para a saúde indígena.

⁹³Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 03. Ago.2019.

⁹⁴Outro termo para Medicina que é utilizado na Antropologia é a Etnomedicina, que responde pelas crenças e práticas terapêuticas em contextos culturais marcados pela etnicidade. Envolve conhecimentos locais, incluindo a estrutura de parentesco, o pertencimento à terra e os sistemas linguísticos e mitológicos compartilhados (GREENE, 1998; LANGDON, 1996). Estes conhecimentos não são estáticos, mas estão em contínuas trocas com o mundo globalizado, por meio da urbanização, dos circuitos econômicos e dos sistemas públicos de saúde e educação (ANDRADE e SOUZA, 2016, p.182)

⁹⁵Disponível em: https://www.who.int/topics/traditional_medicine/definitions/es/. Acesso em: 03. Ago.2019.

da medicina tradicional; criar forte evidência da segurança, eficácia e qualidade dos produtos e das práticas tradicionais e documentar essa Medicina e seus medicamentos.

No Brasil, o Ministério da Saúde, por meio da portaria nº 971, (4/5/2006), que instituiu a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde, autoriza e reconhece o valor terapêutico da Medicina tradicional, incentivando as Unidades de Saúde a adotarem tais procedimentos e serviços, prevendo para isso mais recursos⁹⁶, capacitação das equipes e incentivo à fabricação de fitoterápicos por laboratórios oficiais e não oficiais.

Destacamos o Decreto nº 5.813 de 22 de junho de 2006, que aprova a Política de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências⁹⁷, traz a perspectiva da integralidade da atenção à saúde e da garantia da eficácia e da qualidade dos fitoterápicos, e considerando o conhecimento tradicional das plantas medicinais, vem construir um marco regulatório para a produção e distribuição dos medicamentos fitoterápicos a partir dos modelos já existentes no Brasil e em outros países.

As ações decorrentes desse decreto resultaram na criação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, pela Portaria Interministerial nº 2960, de 9 de dezembro de 2008 e criaram o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que, em conformidade com as diretrizes e linhas prioritárias da Política Nacional, estabelece ações pelos diversos parceiros, em torno de objetivos comuns voltados à garantia do acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos em nosso país, ao desenvolvimento de tecnologias e inovações, assim como ao fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde.

Além das políticas públicas voltadas para a saúde, que reconhecem a Medicina Tradicional e o uso das plantas medicinais, destaque também em nosso país, a iniciativa criada com o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional

Associado (**SisGen**)⁹⁸, o qual é um sistema eletrônico criado pelo Decreto nº 8.772, de 11 de

⁹⁶Os recursos para custear tais mecanismos ainda não estão previstos em orçamento.

⁹⁷O decreto conta ainda com diretrizes para regulamentar o cultivo, o manejo sustentável, a produção, a distribuição e o uso de plantas medicinais e fitoterápicos, considerando as experiências da sociedade civil nas suas diferentes formas de organização e promovendo a formação técnico-científico e capacitação no setor de plantas medicinais e fitoterápicos, bem como a sua divulgação, fomento às pesquisas, desenvolvimento tecnológico e inovação com base na biodiversidade brasileira, abrangendo espécies vegetais nativas e exóticas adaptadas, priorizando as necessidades epidemiológicas da população (BRASIL, 2006b).

⁹⁸O SisGen apresenta interface que possibilita ao usuário:

maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, como um instrumento para auxiliar o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), na gestão desse patrimônio e do conhecimento tradicional associado.

Considerando que a Medicina Tradicional dos Pitaguary integra seu amplo patrimônio cultural e o patrimônio cultural da Saúde⁹⁹, além de reforçar a importância da Medicina Tradicional e uso das plantas medicinais, por meio de políticas públicas vinculadas ao Ministério da Saúde e ao Ministério do Meio Ambiente, proponho nesta dissertação, a incorporação do horto de Plantas medicinais na Coleção museológica do Museu Indígena Pitaguary através de ações como subsídios para um catálogo de plantas medicinais do Horto de plantas medicinais da TI Monguba. O objetivo é documentar por meio de registros textuais e audiovisuais dos Pitaguary que praticam a Medicina Tradicional, realizando, assim, uma catalogação desse patrimônio para compor a documentação museológica do Museu Indígena Pitaguary.

Em paralelo às políticas públicas vinculadas ao Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente, relacionamos neste material as convenções e recomendações da UNESCO, entre elas destacamos:

- Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural– Paris, França (1972)¹⁰⁰;
- Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular - 25ª reunião da Conferência geral da UNESCO – Paris, França (1989)¹⁰¹
- Diretrizes para o Estabelecimento de Tesouros Humanos Vivos, desenvolvido

-
- i) Cadastrar acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;
 - ii) Cadastrar envio de amostra que contenha patrimônio genético para prestação de serviços no exterior;
 - iii) Cadastrar remessa de amostra de patrimônio genético;
 - iv) Notificar produto acabado ou material reprodutivo;
 - v) Solicitar autorização de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e de remessa ao exterior com anuências do Conselho de Defesa Nacional e do Comando da Marinha;
 - vi) Solicitar credenciamento de instituições mantenedoras das coleções *ex situ* que contenham amostras de patrimônio genético;
 - vii) Obter comprovantes de cadastros de acesso, cadastros de remessa e de notificações;
 - viii) Obter certidões do procedimento administrativo de verificação; e
 - ix) Solicitar atestados de regularidade de acesso.

⁹⁹O Patrimônio Cultural da Saúde é entendido como “um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas dimensões científica, histórica e cultural”, conforme definição estabelecida pelo Grupo de Trabalho História e Patrimônio Cultural da Saúde, reunida durante a 4a, Reunião de Coordenação Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) / 7o, dentro do Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde (CRICS), na cidade de Salvador, no ano de 2005 (COSTA; SANGULARD, 2008, p.5).

¹⁰⁰Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em:

¹⁰¹Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>. Acesso em: 03. Ago.2019.

inicialmente em 1993 e atualizado em 2002.¹⁰²

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial¹⁰³ que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural, ambos vinculados ao IPHAN e ao extinto Ministério da Cultura.¹⁰⁴

A elaboração de um futuro catálogo¹⁰⁵ das plantas medicinais do Horto de Plantas Medicinais da TI Monguba, realizado com a participação dos indígenas que ainda praticam a medicina tradicional, será fundamentado no princípio da participação, pois, segundo Querol (2011, p. 314) é direito de todo ser humano participar dos processos de identificação, construção e definição dos conceitos, dimensões e significados da realidade histórica e cultural de um determinado povo. Acrescento que, pela documentação de seus artefatos, práticas e ritos, os povos podem participar ativamente do processo de patrimonialização de suas culturas. Tendo com modelo orientador o *Catálogo de Plantas Medicinais Indígenas: usos – saberes – sentidos*,

¹⁰²A UNESCO define os Tesouros Humanos Vivos como indivíduos que possuem "os conhecimentos e as habilidades necessárias para executar ou recriar elementos específicos do patrimônio cultural imaterial". De acordo com o mesmo documento, a criação do sistema torna-se necessário dado que "o patrimônio cultural imaterial local está sendo rapidamente substituído por uma cultura internacional padronizada, fomentada não só pela modernização socioeconômica, mas também pelos rápidos avanços na disseminação da informação e do transporte. O patrimônio cultural imaterial é inerentemente vulnerável devido à sua natureza não física. A sua preservação, promoção, divulgação e revitalização são, portanto, de extrema urgência". Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129520>. Acesso em: 03. Ago.2019.

¹⁰³[no qual se prevê o registro nos] seguintes livros: I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, férias, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

¹⁰⁴Da mesma forma, multiplicaram-se no Ministério da Cultura outras iniciativas no tocante às culturas populares, entre as quais: Os Pontos e Pontões de Cultura, de "repasso de recursos em dinheiro e de ações do Programa Cultura Viva" (MinC), que no primeiro Edital, de 2004, selecionou aproximadamente 260 projetos, dos quais muitos voltados para as culturas populares tradicionais; o I Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, em fevereiro de 2005 (precedido de seminários em vários Estados); o Edital de Concurso Público n.2, de 31 de agosto de 2005, da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID)/Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, para Fomento às Expressões das Culturas Populares, que teve em torno de 630 inscrições e selecionou 46 projetos de todo o País; o Prêmio Cultura Viva, em 2006; o Edital de Divulgação n.001/2006, de Mapeamento e Documentação do Patrimônio Cultural Imaterial, do Iphan-MinC, e, em setembro de 2006, o II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares e o I Encontro Sul-Americano de Culturas Populares.

¹⁰⁵Segundo o Centro de Documentação Multimídia do Senado Federal (CEDOC Multimídia), catálogo é um conjunto de informações mínimas, ou metadados, utilizados para cadastrar documentos audiovisuais referentes a um determinado evento ou programa. O catálogo pode conter um único documento ou agrupar vários, desde que todos sejam referentes ao mesmo evento ou programa. Nesse caso, ele se assemelhará a um dossiê. O catálogo que corresponde a uma sessão plenária pode agrupar as várias versões do vídeo (máster, pré-master), as fotos da sessão, além de anexos (pauta, nota taquigráfica e ata). Disponível em: .Acesso em: 03. Ago.2019.

organizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), com o objetivo de expor a sabedoria cultivada entre os povos indígenas do estado, com recorte para as etnias Tremembé de Almofala, Pitaguary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo-Kanindé e Anacé e o trabalho teórico de Alexandre Quinet, em sua obra *UnalsiKayawa: Livro da Cura do Povo Huni Kuin do Rio Jordão*, foram também entrevistados o Pajé Barbosa, Dona Liduína, Dona Valdira e Dona Julia Pitaguary, visando à coleta de subsídios para um futuro catálogo, como se segue.



Planta: Alfavaca
Nome científico: *Ocimum carnosum*
Recomendações: inflamação
Usos: Fazer chá da folha para dor de dor de cabeça e para lambedor, fazer banho da folha para limpeza espiritual.



Planta: Anador
Nome científico: *Justicia pectoralis*
Recomendações: Dor em geral
Uso: Pegar o ramo (folha e caule), abafar em água quente e beber o chá.



Planta: Boldo ou Astremides
Nome científico: *Peumus boldus*
Recomendações: Desconforto estomacal e dor no fígado.
Usos: Chá da folha e banho de limpeza espiritual.



Planta: Capim-santo
Nome científico: *Cymbopogon citratus*
Recomendações: calmante
Usos: Chá da folha para beber e passar nos cabelos.



Planta: Corama
Nome científico: *Bryophyllum pinnata*
Recomendações: inflamação
Usos: beber o sumo da folha.



Planta: Erva-cidreira
Nome científico: *Melissa officinalis*
Recomendações: Calmante
Usos: Chá da folha, banho de aroma.



Planta: Hortelã
Nome científico: *Mentha*
Recomendações: Dor de ouvido e dor de garganta, calmante.
Usos: Chá da folha, embebedar a folha com álcool e colocar num algodão para passar nos ouvidos.



Planta: Malvarisco
Nome científico: *Althaea officinalis*
Recomendações: gastrite, inflamação do pulmão e problemas na bexiga.
Usos: Macerar a folha e ingerir ; também pode colocar no lambedor.



Planta: Malva-santa
Nome científico: *Plectranthus barbatus*
Recomendações: Dor no estômago, má digestão.
Usos: partir o meio da folha e ingerir o sumo.



Planta: Manjeriçao
Nome científico: *Ocimum basilicum*
Recomendações: Problema de próstata, cicatrizante, tempero de comida.
Usos: Macerar a folha e fazer o chá para ingerir.



Planta: Mastruz
Nome científico: *Ocimum basilicum*
Recomendações: emendar fratura óssea, cicatrizando para a inflamação de garganta e pulmão
Usos: Pisar a folha e colocar a massa em cima da fratura, pisar a folha e beber o chá.



Planta: Quebra-pedra
Nome científico: *Phyllanthus niruri*
Recomendações: Gastrite e pedra na vesícula
Usos: chá da folha, e pisar a raiz para chá.

Embora, o Horto de Plantas Medicinais seja considerado pelos Pitaguary como coleção botânica e parte integrante do Museu Indígena Pitaguary, o mesmo não participou do processo de inventário participativo, realizado com os agentes do Museu e não se encontra musealizado¹⁰⁶, que consiste na transformação das plantas medicinais do Horto, dando-lhes *status* de o documento / acervo museológico, para fins de preservação, pesquisa e comunicação dos mesmos é definida por Loureiro como:

(...) um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional [sic] baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade maior e mais complexa (LOUREIRO, 2011, p. 204).

Como mencionado anteriormente, o Horto de Plantas Medicinais faz parte do patrimônio cultural Pitaguary e do patrimônio da saúde. Reafirmamos que apenas dois

¹⁰⁶Segundo Duarte Cândido (2016), o processo de musealização ocorre a partir de uma seleção e atribuição de sentidos feita dentro de um universo patrimonial amplo, resultando em um recorte formado por um conjunto de indicadores da memória ou referências patrimoniais tangíveis ou intangíveis, naturais ou artificiais, indistintamente. A preservação é tomada, aqui, como equivalente a processo de musealização, e é realizada pela aplicação da referida cadeia operatória formada por procedimentos técnico-científicos de salvaguarda e de comunicação patrimoniais, em equilíbrio. Representando tanto a responsabilidade pela herança constituída para o futuro, como a comunicação permanente e processual, esta cadeia operatória é necessariamente inserida em um contexto de planejamento e avaliação, ou seja, é contínua, não uma linha de operação: cada estágio de avaliação realimenta o planejamento. A preservação, ou processo de musealização, abrange desde a seleção das referências patrimoniais à devolução para a sociedade, que por sua vez produz novos bens patrimoniais e interfere em novas seleções e atribuições de sentido, em moto contínuo.

indígenas Pitaguary realizam a conservação do Horto e apenas quatro indígenas detêm o conhecimento e as práticas da medicina tradicional na TI Monguba. Esse conhecimento não está sendo repassado e salvaguardado por meio de registros que podem ser realizados por entrevistas, vídeos e documentação museológica, correndo, portanto, o risco de desaparecimento.

O objetivo de propor a incorporação do Horto de Plantas Medicinais na coleção Museológica do Museu indígena Pitaguary, através de ações como a realização de subsídios para um futuro catálogo de plantas medicinais do Horto a fim de compor a documentação museológica do Museu Indígena Pitaguary, oferecendo, assim, os procedimentos técnicos para seu registro e salvaguarda, baseia-se em que a documentação museológica também “é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, (...), as coleções dos museus de fontes de informações em fonte de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento” (FERREZ, 1994, p. 1).

Segundo o Comitê Internacional de Documentação CIDOC / ICOM (2014: p. 42), toda a produção documental gerada de forma continuada pela dinâmica das ações museológicas garante a segurança do acervo e a possibilidade comunicativa e de pesquisa, pois a documentação se baseia em registros que documentam a criação, a história, a aquisição feita pelo museu e a história subsequente de todos os objetos do acervo.

Metodologicamente, a documentação museológica é desenvolvida em várias etapas – aquisição, registro, ficha catalográfica e inventário–, objetivando o fazer museológico, que visa tratar os objetos, transformando-os em documentos, para fortalecer e desenvolver o conhecimento do homem sob suas ações sociais, artísticas, culturais e históricas. A documentação em museus: “envolve o desenvolvimento e a utilização de informações sobre os objetos que fazem parte do acervo e os procedimentos que auxiliam sua administração” (CIDOC/ICOM, 2014, p.19).

Um catálogo das plantas medicinais condensa as informações referentes a cada planta. Trata-se de uma ferramenta de salvaguarda das plantas medicinais e da medicina tradicional Pitaguary, funcionando como um instrumento de pesquisa e valorização do Patrimônio cultural Pitaguary.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Museologia, o estudo das questões indígenas vem acompanhado do reposicionamento da Nova Museologia ou, mais recentemente, da Museologia Social, que se constituiu como um movimento epistemológico e político, crítico às ações museológicas formais e aos espaços consagrados e tradicionais dos museus, que não abarcam os processos protagonizados por esses setores historicamente marginalizados. Surgem daí os museus comunitários, os ecomuseus, os museus de território, entre outras tipologias baseadas nas relações entre Território, Patrimônio Cultural e Sociedade” (CHAGAS; GOMES, 2002; A. VIEIRA NETO, 2009).

O museu de certo modo é uma instituição que constrói valores e discurso sobre os objetos e aquilo que se decide pesquisar, expor e salvaguardar em detrimento de outros bens culturais é passível de contestação. Os museus são espaços públicos que constroem representações sociais e estas suportam regimes particulares de poder; mas tais representações também podem ser desconstruídas e/ou contestadas e/ou diversificadas (THOMSON, 2002; SPALDING, 2002; BERGERON, 2005). No entanto, os museus quando se debruçam sobre a temática indígena quase sempre utilizam estereótipos.

A Nova Museologia explicita que a prática museológica se entende como reflexiva e crítica, e o museu como um lugar de responsabilidades para com a comunidade em que está inserido. Tensões e problemas socioculturais de várias ordens, bem como flagrantes processos de exclusão não são questões das quais ele deva ficar alheado. Pelo contrário, o museu pode ser agente de mudança social, de regeneração e de empoderamento das populações, na medida em que se torne mais consciente da comunidade que o rodeia e se torne um efetivo espaço de congregação para essa comunidade (DUARTE, 2010; KEENE, 2005).

O propósito desta dissertação foi abordar as noções de território, patrimônio e comunidade, considerando o trinômio existente entre os Ecomuseus, Museus Comunitários e Museus Indígenas e tratar das particularidades de cada um, sendo os Museus indígenas influenciados pelos Ecomuseus / Museus de Território / Museus Comunitários, porém com toda uma percepção nativa sobre como classificar suas memórias e todo seu aparato cultural. Além disso, foi intenção apresentar uma abordagem reflexiva sobre a descolonização dos museus e sua influência na criação de Museus Indígenas, levando em consideração uma necessária mudança para os Museus de Etnologia, fazendo-os trabalhar em conjunto com os povos que são estudados, alterando a sua posição de objeto de estudo para protagonista, atuantes por suas culturas. A descolonização dos museus visa, entre outras coisas, provocar novas formas de se

relacionar com o campo dos museus e da Museologia em perspectiva epistêmica (PEREIRA, 2018).

Este trabalho desejou também apresentar os Pitaguary – e suas mobilizações sociais e políticas enquanto etnia que luta pelas garantias dos seus direitos, sua etnicidade, sua territorialidade e suas características socioculturais – e o próprio Museu Indígena Pitaguary, abordando o processo de sua criação pela ótica dos depoimentos dos próprios indígenas, que expressam a sua relação com a sua identidade étnica, cuja integridade, por sua vez, inclui as questões ligadas à demarcação de sua terra, uma vez que essa etnia, perante a sociedade e aos órgãos governamentais e não-governamentais, só é reconhecida a partir da condição de existir em um território, local onde eles estabelecem relações entre si e com a natureza.

Reafirma-se, assim, que a identidade, para esses índios, é símbolo de uma resistência construída a partir de suas tradições culturais. Assim como a terra e a identidade, a questão cultural é outro valor de resistência e de luta. (GALDINO, 2007, p.81). Logo, o Museu Indígena Pitaguary fortalece a caminhada dos Pitaguary contra as adversidades encontradas, ou seja, partem rumo à luta de reterritorialização e permanência, ameaçada pela reativação da Pedreira Britaboa face à questão da espiritualidade da Pedreira dos Encantados, que o Museu abriga.

Apresentamos também o Horto de Plantas Medicinais e sua situação atual e consideramos o afastamento dos indígenas da TI Monguba do Horto e das práticas de cura e medicina tradicional, apesar dos próprios gestores do Museu, considerarem o Horto como parte integrante do Museu e uma parte da sua coleção botânica. Concluímos pela pesquisa de campo, que o mesmo não possui um tratamento museológico específico para coleções botânicas como as classificações e catalogação das plantas e a conservação. O conhecimento e a prática da Medicina Tradicional não está sendo repassado e salvaguardado, correndo o risco de desaparecimento na cultura Pitaguary da TI Monguba. Considerando que a medicina tradicional dos Pitaguary integra seu amplo patrimônio cultural e o patrimônio cultural da Saúde, propusemos subsídios para um futuro catálogo das plantas medicinais do Horto, reunindo as informações referentes a plantas, a partir dos depoimentos dos próprios indígenas que ainda praticam a Medicina Tradicional Pitaguary, documentando assim a materialidade e a imaterialidade que se faz presente no Horto, tratando-se de uma ferramenta de salvaguarda, das plantas medicinais e da medicina tradicional Pitaguary, funcionando como um instrumento de resignificação de valores, categorias de informação, pesquisa e valorização do patrimônio cultural Pitaguary.

Constato nesta abordagem que, pela influência de historiadores e antropólogos nos estudos e criação de Museus Indígenas no Nordeste, é perceptível um certo padrão de se fazer

Museus Indígenas, que, se por um lado, nas décadas de 1990 e 2000, contribuiu com a legitimação da luta indígena por suas afirmações étnicas, memória e territorialização, por outro lado, é necessário aprimorar-se e promover a oportunidades dos próprios povos indígenas a se especializarem, com acesso às universidades e a informações para que eles próprios conceituem os Museus Indígenas e a Museologia Indígena e, assim, tenham autonomia para criar seus próprios Museus. Em relação do Museu Indígena Pitaguary, é necessário uma reavaliação do acervo formado por objetos que são musealizado em detrimento das plantas medicinais, das práticas de Medicina Tradicional, práticas de Cura, a espiritualidade, entre outros aspectos que não se encontram musealizados e sobrevivem apenas no discurso dos Pitaguary, com informações que se tornam parte integrante do Museu. Também se faz necessário promover a interdisciplinaridade entre a área de Museus Indígenas e outras ciências, como a Etnobotânica.

Reafirmo que abordar sobre a temática dos Museus Indígenas é estabelecer que esses museus, além de serem lugares de Memória, são lugares de afirmação da identidade, da existência, etnicidade, territorialidade e política também, e funcionam como ferramentas de luta pela permanência na terra indígena, pela legitimação dos indígenas como protagonistas de suas próprias histórias, pela garantia dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

Fontes orais:

- PAJÉ BARBOSA.** Depoimento cedido a Yasmine Martins. TI Monguba- Pacatuba- Ceará. 17 - 18 de setembro de 2018.
- DONA LIDUÍNA. Depoimento cedido a Yasmine Martins. TI Monguba- Pacatuba- Ceará. 17 - 27 de setembro de 2018.
- ROSA PITAGURY. Depoimento cedido a Yasmine Martins. TI Monguba- Pacatuba- Ceará. 29 de setembro – 26 de outubro de 2018.
- CLÉCIA PITAGUARY. Depoimento cedido a Yasmine Martins. TI Monguba- Pacatuba- Ceará. 19 de setembro de 2018.
- NADYA PITAGUARY. Depoimento cedido a Yasmine Martins. TI Monguba- Pacatuba- Ceará. 26 de setembro de 2018.
- FRANCILENE PITAGUARY. Depoimento cedido a Yasmine Martins. TI Monguba- Pacatuba- Ceará. 26 de setembro de 2018.
- VALDIRA PITAGUARY. Depoimento cedido a Yasmine Martins. TI Monguba- Pacatuba- Ceará. 26 de setembro – 2 de outubro de 2018.
- BENÍCIO PITAGUARY. Depoimento cedido a Yasmine Martins. TI Monguba- Pacatuba- Ceará. 8 de setembro de 2018.
- MÁRCIO PITAGUARY. Depoimento cedido a Yasmine Martins. TI Monguba- Pacatuba- Ceará. 11 de setembro de 2018.
- JULIA PITAGUARY. Depoimento cedido a Yasmine Martins. TI Monguba- Pacatuba- Ceará. 27 de setembro de 2018.
- ADIGESSE PITAGUARY. Depoimento cedido a Yasmine Martins. TI Monguba- Pacatuba- Ceará. 25 de setembro de 2018.
- RAIMUNDO PITAGUARY. Depoimento cedido a Yasmine Martins. TI Monguba- Pacatuba- Ceará. 11 de setembro de 2018.

Fontes impressas

ARQUIVO MORTO DE FORTALEZA. *Registro das terras Pitaguary de 1854*. Maranguape: Livro de registro de imóveis da cidade de Maranguape, Livro nº3,1854.

ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ (Org.). **Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de Sesmarias**: digitalização dos volumes nos anos de 1920 a 1928. V.03. Fortaleza: Expressa Gráfica / Wave Media, 2006.

Fontes digitais

ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL. Câmara Municipal do Seixal. Disponível em: <http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal>. Acesso em: 03 ago, 2019.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA. Cadastramento dos povos indígenas no Ceará. Fortaleza, 2006.

_____. Croqui da Aldeia de Monguba. Fortaleza, 2007

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Ministério da Saúde. Disponível em:

<http://www.funasa.gov.br/>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Projeto Vigisus II. Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Componente II – Saúde Indígena. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/projeto_vigisus_II_modernizacao_sistema_nacional_vigilancia_saude_indigena.pdf. Acesso em 03 de agosto de 2018.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO. FUNAI. Demarcação de Terras. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em 04 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. Disponível em: <http://www.ibict.br/>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, Departamento de Difusão, Fomento e Economia. dos Museus. Retificação no edital nº 23 - Lista de Habilitação do Prêmio Pontos de Memória. 2011, seção 3, p. 20 – 21.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Programa Pontos de Memória. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Marco Referencial dos Povos Indígenas do Ceará. http://www2.ipece.ce.gov.br/SWAP/swapii/salvaguuardas/marco_logico_indigenas.pdf. Acesso em 03 de agosto de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Plantas medicinais indígenas: usos-saberes-sentidos. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/SWAP/swapii/salvaguuardas/PLANTAS_MEDICINAIS_INDIGENAS.pdf. Acesso em 03 de agosto de 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS BRASIL – ICOM. Disponível em: <http://www.icom.org.br/>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

MUSEU INDÍGENA PITAGUARY. Endereço eletrônico. Disponível em: <http://www.museuindigenapitaguay.org/>. Acesso em 04 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Disponível em: <https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

PITAGUARY. Povos indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental (Página virtual). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo: Pitaguary>. Acesso em 02 Jun. 2018

PITAGUARY. Povos indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental (Página virtual). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pitaguary>. Acesso em 02 Jun. 2018

POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES – PNPIC. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/politica-nacional-de-praticas-integrativas-e-complementares-ppnic>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

REDE NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE MUSEUS. museusbr. Disponível em: <https://renim.museus.gov.br/museusbr/>. Acesso em: 03 de agosto de 2019.

REPOSITÓRIO CIENTÍFICO LUSÓFONA - ReCiL. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

REPOSITÓRIO DIGITAL DA UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL UFC. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – SIBi. Disponível em: <http://www.sibi.usp.br/>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO – SISGEN. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico/sis-gen>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

Legislações

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em. 03 ago. 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.775 de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 – p. 265, 1996.

BRASIL. Decreto nº 5.813 de 22 de junho de 2006, que aprova a Política de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Constituição Federal inciso VI, alínea “a”, do art. 84. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5813.htm. Acesso em 03 de agosto de 2019.

BRASIL. Decreto nº 8.772 de 11 de maio de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. art. 84, caput, inciso IV e inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8772.htm. Acesso em 03 de agosto de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art.

225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea *j* do Artigo 8, a alínea *c* do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm. Acesso em 03 de agosto de 2019.

BRASIL. Decreto nº **3.551 de 4 agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 03 de agosto de 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro 1997. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em 03 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria nº 2.366 de 15 de dezembro de 2006. Declara de posse permanente do grupo indígena Pitaguary a Terra Indígena PITAGUARY.. Disponível em: <http://goo.gl/7EETF>. Acesso em: 12 jul.2018.

FUNAI. Despachos do presidente em 03 de Julho de 2000. Despacho nº 34 – Terra Indígena Pitaguary. Publicado no Diário Oficial da União em 05 de julho de 2000, p. 3- 6. Disponível em: <http://goo.gl/AYzTF>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. Mapas das situações das Tis em Abril de 2013. Disponível em: <http://mapas.funai.gov.br/>. Acesso em: 12 jul.2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Interministerial nº 2960, de 9 de dezembro de 2008. Aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960_09_12_2008.html. Acesso em 03 de agosto de 2019.

PORTUGAL. Lei n.º 47 de 19 de agosto de 2004. Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses. Diário da República n.º 195/2004, série I-A de 2004/ 08/ 19. Disponível em: <http://dre.pt/application/conteudo/480516>. Acesso em 04 jul. 2018.

Documentos em meio digital

Conselho Internacional de Museus, Comité internacional de Museus – Portugal [ICOM – PT] (2015). Definição Museu. Disponível em: <http://icom-portugal.org/recursos/definicoes/>. Acesso em 12 jul. 2018.

Conselho Internacional dos Museus, Comité Internacional para os Museus Regionais e Movimento Internacional para a Nova Museologia [ICOM-ICR-MINOM] (1990).

Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios [ICOMOS] (2008). Declaração do Québec sobre a preservação do 'Spirituloci'. Quebec: ICOMOS. Disponível

em:

http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em 04 jul.2018.

COMITÊ INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA DO ICOM. ICOFOM-LAM. Disponível em: <http://network.icom.museum/icofom/quienes-somos/subcomisiones/bienvenidos-a-icofom-lam/L/1/>. Acesso em: 03 ago.2019.

DECLARAÇÃO DE CARACAS [ICOM] 1992. Cadernos de Sociomuseologia, nº 15, p. 243 – 262, 1999. Disponível em: <http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-de-caracas.pdf>. Acesso em 12 jul.2018.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. 1984. Princípios de base de uma Nova Museologia. MINOM – Portugal. Disponível em: <http://www.minom-portugal.org/docs-quebec1974.pdf>. Acesso em 12 jul.2018.

DECLARATÓRIA DE OAXTEPEC. 1984. Ecomuseos, Territorio – Patrimonio – Comunidad. Disponível em: <http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-de-oaxtepec.pdf>. Acesso em 04 jul.2018.

UNESCO. Declaração de Santiago do Chile.1972. Disponível em http://www.museologiaportugal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=3:declaracao-de-santiago1972&catid=3:declaracao-de-santiago-do-chile-1072&Itemid. Acesso em 04 de agosto de 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Recomendação de Paris. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>. Acesso 03 de agosto de 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular – 25ª reunião da Conferência geral da UNESCO. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Brazil-PDF.pdf>. Acesso em 03 de agosto de 2019.

Bibliografia

ABREU, R. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 31, p. 100-125, 2005.

ABREU, Regina. Tal antropologia, qual museu? In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza (orgs). *Museus, coleções e patrimônios. Narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond/Minc/Iphan/Demu. p. 138 -178. 2007.

ALONSO, Luiz FERNANDEZ. *Introduccion a la nueva museologia*. Madrid: Alianza Editorial. 1999.

ANAIS DO 1º ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Esporte, 1992.

ANDRADE, João Tadeu; SOUZA, Calos Kleber Saraiva. Práticas tradicionais de cura. Políticas públicas e intermedialidade entre os Pitaguary do Ceará. In 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. João Pessoa – PB – UFPB. 2016.

APPADURAI, Arjun. A Vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niteroi, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2008. (Parte I – Por uma antropologia das coisas, Introdução: mercadorias e política de valor.)

ATHIAS, Renato. 2016. Objetos indígenas vivos em museus: temas e problemas sobre a patrimonialização. LIMA FILHO, Manuel; ABREU, Regina e ATHIAS, Renato (Orgs). In: Museus e Atores Sociais: Perspectivas Antropológicas, Editora da UFPE, ABA Publicações, Recife.

AVELAR, Luciana Figueiredo. Museus comunitários no Brasil: o Ponto de Memória Museu do Taquaril / Luciana Figueiredo Avelar. 122 f. Dissertação (mestrado) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2015.

BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. Anais do Museu Paulista. São Paulo: Museu Paulista, Universidade de São Paulo, v. 3, jan./dez. 1995. p. 209-236. Disponível em: . Acesso em: 03 de Agosto de 2019

BLANC, Jean. (1972) In: GERBAUD, Michel. “Aux origines des écomusées: les premiers pas de Marquize”. In: Publics & Musées, nos 17-18, 2000, p. 177-180.

BERGERON, Yves. Musées et museologie, nouvelles frotières: essais sur les tendances. Quebec: Musées de la Civilization/Sceté des Musées Québécois. Quebec. 2005.

BRUNO, Cristina. MUSEOLOGIA: Algumas idéias para a sua organização disciplinar. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 9, n. 9, june 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/291>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BOAS, Franz. Anthropology and modern life. Nova York: Dover Publications, Inc., 1986.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). 1992. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 159-204

CASTRO, Esther de; VIDAL, Lux B. O Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque: um lugar de produção, conservação e divulgação da cultura. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). Práticas pedagógicas na escola indígena. São Paulo: Global, (Antropologia e Educação). p. 269 – 286. 2001.

CEZÁRIO, Hilda B. M.; DAVEL, Eduardo; SANCHO-QUEROL, Lorena. Gestão de Iniciativas Museológicas Comunitárias: A Tecnologia Social das Mobilizações. **Revista**

Administração Pública e Gestão Social, em avaliação.

CEZÁRIO, Hilda B. M.; DAVEL, Eduardo. A Mobilização Museológica na Gestão de Museus: A Força da Participação Comunitária e da Identidade Territorial. **Revista Gestão e Sociedade**, em avaliação, b.

CEZÁRIO, Hilda B. M.; DAVEL, Eduardo. A Mobilização Organizacional e Interorganizacional na Gestão de Museus: A Força da Participação Comunitária e da Identidade Territorial. **Cadernos de Sociomuseologia**, em avaliação, c.

CHAGAS, Mário de Souza. *A radiosa aventura dos museus*. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (org). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra Capa. Programa de PósGraduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. p. 113-123. 2008.

CHAGAS, Mário de Souza; ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidades social. *MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, n. 3. p.130-152. 2007.

CHAGAS, Mario de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, SC: Argos. 2015.

CHAGAS, Mario de Souza, Pires Vladimir Sibylla (orgs.). Território, museus e sociedade: práticas, – Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018. 308 p.23 (Coleção Museu, Memória e Cidadania)

CLIFFORD, James. 2009. *Museologia e contra-história: viagens pela Costa Noroeste dos Estados Unidos. Memória e patrimônio: Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.

CLIFFORD, James. [1983] 2002a. Sobre a autoridade etnográfica. In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

CLIFFORD, James. 1996. *The Predicament of Culture*. Massachusetts: Harvard University Press

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. A Construção da Estrada de Ferro de Baturité: alteração da paisagem e a produção de outras fronteiras no Ceará (1870-1926). XXVII. Simpósio Nacional de História. Natal RN. 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363342249_ARQUIVO_TextoAnpuh2013-AnaIsabelCortez.pdf. Acesso em: 03 ago. 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense. 1986.

CURY, Marília Xavier, Lições indígenas para a descolonização dos museus: Processos comunicacionais em discussão. *Cadernos CIMEAC*- v.7, n. 1, 2017. Uberaba – MG, Brasil. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/2199>. Acesso 04. Jul. 2018.

_____. Museologia e conhecimento, conhecimento museológico. Uma perspectiva dentre muitas. *Museologia & Interdisciplinaridade*, n. 5, 2014. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/10949>. Acesso em: 04. jul.2018.

_____. Museologia, comunicação museológica e narrativa indígena: a experiência do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. *Museologia & Interdisciplinaridade*, n. 1, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/6842>. Acesso em: 04. jul.2018.

_____. Circuitos museais para a visita crítica: descolonização e protagonismo indígena. *Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR*, Penedo, Volume 7, Dossiê Número 3, dez. 2017, p. 87-113. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/download/4175/2997>. Acesso em 03 de ago. 2019.

_____. VASCONCELLOS, C.M.; ORTIZ, J.M. (Org.). *Questões Indígenas e Museus: debates e possibilidades*. Brodowski: ACAM Portinari. São Paulo: MAE-USP, SEC-SP. 2012.

D'ADESKY, Jacques Edgard François. *Racismos e anti-racismos no Brasil. Pluralismo étnico e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Pallas. 2005.

DE VARINE, Hugues. *As Raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. De Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre. 256 p. 2012.

_____. *O tempo social*. [S.L]: Livraria Eça Editora, 1995.

DIAS, Nélia (2008). Cultural Difference and Cultural Diversity. The case of the Musée Du Quai Branly. In: *Museums and Difference*. Daniel J. Sherman (ed.). Indiana University Press, USA.

DINIZ, R.L.P. Crescimento e desenvolvimento da criança indígena: Um estudo da etnia Pitaguary, Ceará. Tese. Programa de Pós-graduação em Saúde Pública. Universidade de São Paulo – USP. 2010. 179p.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST*, vol.6 n. 1, 2013. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/248/239>. Acesso em 04. jul. 2018.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. O desafio de musealizar a paisagem cultural. *Revista Museu*, Maio. 2016. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2016/242-o-desafio-de-musealizar-a-paisagem-cultural.html>. Acesso em 29. mai.2018.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. Lisboa: ULHT, *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 20. 259, 2003.

FILIPE, Graça; VARINE, Hugues de. Que futuro para os ecomuseus. *Almaden- Revista II série*, nº 19, janeiro 2015, p. 21-35.

FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930. Projeto História do Ceará, Política, Indústria e Trabalho 1930-1964*. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará/ Stylus Comunicações, 198

FONSECA KRUEL, V. S. ; CABALZAR, A. ; MARTINS, L. ; MILLIKEN, W. ; NESBITT, M. *Manual de Etnobotânica: Plantas, Artefatos e Conhecimentos Indígenas*. 1.ed. São Paulo: v. 2000. 80p. 2017.

FONSECA KRUEL, V. S. *Coleções etnobotânicas em jardins botânicos e sua importância na conservação da diversidade vegetal e cultural*. In: Bruni, S.; Reis, E.M.; Costa, M.L.N.C. & Marmello, A.L.. (Org.). *Anais da XIV Reunião de Jardins Botânicos: As Plantas e o Homem*. 1ed.Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Jardins Botânicos, v. 14, p. 43-46.2006.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra, 1990.

_____. *Extensão ou comunicação?* 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 28.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

GALDINO, L.K.A. *Os caminhos da territorialidade da etnia Pitaguary: o caso da Aldeia de Monguba no município de Pacatuba no Ceará*. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Programa de pós-graduação em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

GOMES, Alexandre Oliveira. *Aquilo é uma coisa de índio: objetos, memória e etnicidade entres os Kanindé no Ceará*. Dissertação (mestrado em Antropologia). Recife: Universidade Federal do Estado de Pernambuco, 2012.

GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. *Revista de Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 42 - 55. 2010. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/136/134>. Acesso em: 29 mai. 2018.

GOMES, Alexandre Oliveira; VIEIRA NETO, João Paulo. Estação de Parangaba. *Memória, conflito e mobilização social*. v. 58. In: Boletim Raízes. Fortaleza: IMOPEC. p. 4 - 7.2007

_____. Museus e memória indígena no Ceará: a emergência étnica entre lembranças e esquecimento. In: PALITOT, Estevão Martins (org). *Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará; Imopec; Secult. p. 213-232.2009.

GONÇALVES, Cayo Robson Bezerra, VALLE, Guilherme Octaviano do. *Tramas, políticas e direitos: redes e lideranças Pitaguary em movimento*. 41º Encontro Anual da Anpocs-chave. Revista GEOgraphia. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8 - 39, 2002.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 24, p. 68-75. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8697> 1997. Acesso em 04 jul. 2018.

HALL, Stuart. *A identidade cultural após a modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeuda Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HESKETH, José Luiz; OTTAWAY, Richard N.. Características dos agentes de mudança. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 27-33, Sept. 1979. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034. Acesso em 03 de agosto de 2019.

HEIZER, Alda Felipede Araújo e Silva. História e Natureza em coleções de museus e jardins botânicos. In: *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. [Rafael Zamorano Bezerra e Aline Montenegro Magalhães (orgs.)]. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. p. 219 - 227. 2012.

HEIZER, Alda [org.]. DOSSIÊ-Coleções em Jardins Botânicos e Museus. *Revista Museologia & Interdisciplinaridades. Revista da UNB*. v. 5, n. 9. 2016.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. Texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 134 p. 2016.

JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: Caderno de Diretrizes Museológicas 1. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 17-30. Disponível em: . Acesso em: 03 fev. 2015.

KASEKER, Davidson Panis. Museu, território, desenvolvimento: Diretrizes no processo de Musealização na gestão do patrimônio em Itapeva (SP). Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 288 f. 2014.

KREPS, C. F. *Liberating culture: cross-cultural perspective on museums, curation and heritage preservation*. London: Routledge, 2003.

KEENE, Suzanne. *Fragments of the world: uses of museum collections*. Oxford: Elsevier, 2005.

LEAL, Noris Mara Pacheco Martins. História, Literatura, Patrimônio e Museus. Anais do 4º Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: Memória, patrimônio e tradição (Anais do IV SIMP). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2010. p. 249-259. Disponível em: . Acesso em: 03 fev. 2015.

LIMA, Diana Farjalla Correia. *Museologia-Museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, Apr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981. Acesso em 03 de agosto de 2019.

LERSCH, Teresa Morales; OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. O conceito de museu comunitário. História vivida ou memória para transformar a história? In: Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, 2004, Kansas City. Disponível em: <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=5>. Acesso em: 03 de Agosto de 2019.

LOUREIRO, José Mauro M. & LOUREIRO, Maria Luci de NM. Documento em musealização: entretecendo conceitos. *Museus e estudos interdisciplinares. MIDAS*. 2013. Disponível em: <http://midas.revues.org/78>. Acesso em: 29 .mai.2018.

MAIRESSE, François. *Le musée temple spectaculaire*. Paris: Presses Universitaires de Lyon, 2002. p.105.

MACHADO, Francisca Paula. *Memória Social e afirmação étnica na tradição oral dos*

Tremembé de Almofala (1980-2012). XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH- Conhecimento histórico e diálogo social/ RN. 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364835100_ARQUIVO_artigoAnpuh.pdf Acesso em: 04 jul. 2018.

MAGALHÃES, Eloi dos Santos. *Aldeia! Aldeia! A formação histórica do grupo Pitaguary e o ritual do toré*. Dissertação (Mestrado em sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

MATTOS, Yára. *Verbete 5 – Ecomuseu, Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/ Mg. Morros da Queimada, Santana, São João, São Sebastião e Piedade*. FIOCRUZ, 2008. Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Ecomuseu.pdf>. Acesso em 03 ago, 2019.

MENESES, Ulpiano Teixeira Bezerra de. *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*. In: *Revista Estudos Históricos* (Nº21). Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MIGNOLO, Walter D. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008.

MOUTINHO, Mário. *Sobre o conceito de Museologia Social*. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 1. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, p. 5 - 8. 1993.

MOUTINHO, Mário Canova. *A declaração de Quebec de 1984*. In: ARAUJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Orgs.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo – documentos e depoimentos*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro do ICOM, p. 26-29. 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio de Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos “índios Misturados”? Situação colonial, Territorialização e fluxos culturais*. Rio de Janeiro: vol. 4, n. 1, abril. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.pnp?pid=s010493131998000100003&script=sc_artext&tlng=. Acesso em: 07. jun 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Retrato de um menino Bororo: narrativa sobre o destino de índios e o horizonte político dos museus. Séculos XIX e XXI. MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 5. Brasília: IBRAM. p. 36 – 59. 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco. *A Refundação do Museu Maguta: Etnografia de um Protagonismo indígena*. In: *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. [Rafael Zamorano Bezerra e Aline Montenegro Magalhães [orgs.]. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. p. 201. 2012.

NORA, Pierre. *Entre Mémoire et Histoire*. In: *Les Lieux des Mémoires*. v 1. Paris: Quarto Gallimard. p. 23-43. 1997

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. *Museologia. Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Departamento de Museologia. Lisboa. 2018.

PEREIRA, Marcelle; GOUVEIA, Inês; ROSE, Cláudia; SCHUBB, Sara; TOLEDO, Welcio; FERNANDES, Daniel Mendes. Pontos de Memória: Direito à memória, direito a museu. Anais do 4º Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: memória, patrimônio e tradição (Anais do IV SIMP). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2010. p. 260-268. Disponível em: . Acesso em: 03

POMIAN, Krzysztof. Entre l'invisible et le visible: la collection. In: Paris: Éditions Gallimard. 1987.

PINHEIRO, Niminon Suzel. *Os nômades: etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo 1850-1912*. 311 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 1992. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/145521>. Acesso em 04 jul. 2018.

PINHEIRO, Joceny de Deus. *Arte de contar, exercício de lembrar: história, memória e narrativas dos índios Pitaguary*. 121 f. Dissertação (Mestrado em sociologia - Programa de pós-graduação em sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

POULOT, Dominique. *Identity as Self-Discover: The Ecomuseum in France*. In: Museum/Culture. Histories, Discourses, and Spectacles. Daniel J. Sherman and Irit Rogoff (editors). London: British Library, p. 66 - 84. 2004.

PRIMO, Judite. *Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais* - Organização e Apresentação. Cadernos de Sociomuseologia. n. 15. p. 95-104. Tradução: Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Bruno ULHT, Lisboa, Portugal. 1999.

PRIMO, Judite. Pensar contemporaneamente a museologia. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, n. 16, 1999.

_____. Patrimônio, política cultural e globalização em contexto museal. Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias: estudos e ensaios. Lisboa, n.12, p.54-62, 2008

PRIOSTI, Odalice Miranda. *Memória, Comunidade e Hibridação: Museologia da Libertação e estratégias de resistência*, 245 f. Tese (Doutorado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2010.

PRIOSTI, O. M.; MATTOS, Y. Caminhos e percursos da museologia comunitária. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 28, p. 1-16, 2007.

QUINET, Alexandre; MURU, Agostinho Manduca Mateus Ika (Org.). *Una Isi Kayawa: Livro da Cura do Povo Huni Kuin do Rio Jordão*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Dantes, v. 1000. 2014.

RIVIÈRE, Georges Henri. "L'écomusée, un modèle évolutif (1971-1980)". In: DESVALLÉES, André; DE BARRY, Marie Odile; WASSERMAN, Françoise (coord.). **Vagues: une antologie de la Nouvelle Muséologie** (vol. 1). Collection Museologie. Savigny-le-Temple: Éditions W-M.N.E.S., 1992. p.440.

ROSSI, Paolo. Naufrágios sem espectador. A ideia de Progresso. São Paulo: Editora Unesp. 2000.

ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento. Seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTANA, Gisane Souza. Narrativas orais do Rio de Engenho – performance e memória – / Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações. Ilhéus: UESC. 106f. 2014.

SANTANA, Gisane Souza; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. Identidade, memória e patrimônio: a festa de Sant'Ana do Rio do Engenho, Ilhéus (BA). *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 87-102, mai. 2015.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Reflexões sobre a nova museologia*, 1999. In: Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, p. 70-98. 2008.

SANTOS, Suzyda Silva. *Ecomuseu e museus comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa Interunidades em Museologia, 2017.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHEINER, Tereza Cristina, SOAREZ, Bruno C. Brulon. *A ascensão dos Museus comunitários e os Patrimônios "comuns": Um ensaio sobre a casa*. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB/ SC. 2013. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/view/3311/2437>. Acesso em 04 jul. 2018.

_____. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**. Belém, PA, v. 7, n. 1, jan./abr. 2012. p. 15-30. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

SILVA, Cláudia Feijó. Museus Comunitários: Protagonismo e Práticas cidadãs. In: IV Encontro Internacional de Ecomuseu e Museus Comunitários: Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local. Prefeitura de Belém. Belém, 2012.

SILVA, Michel Fernandes da, LISBOA, Pablo Fabião, Histórias sobre coisas e pessoas: Coleção e colecionismo em Krzysztof Pomian e Jean Baudrillard. Anais do IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da ANPUH/ SE. *O cinquentenário do Golpe de 64*. 2014.

SHELTON, Anthony Ala. Museum and Anthropologies: Practice and Narratives. In: A Companion to Museum Studies. Blackwell Publishing, UK. (2007).

SOUZA, W.F. A educação escola indígena diferenciada e o ensino de Geografia na Escola Municipal Indígena de Educação Básica do Povo Pitaguari. Monografia. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. 53 p. 2013.

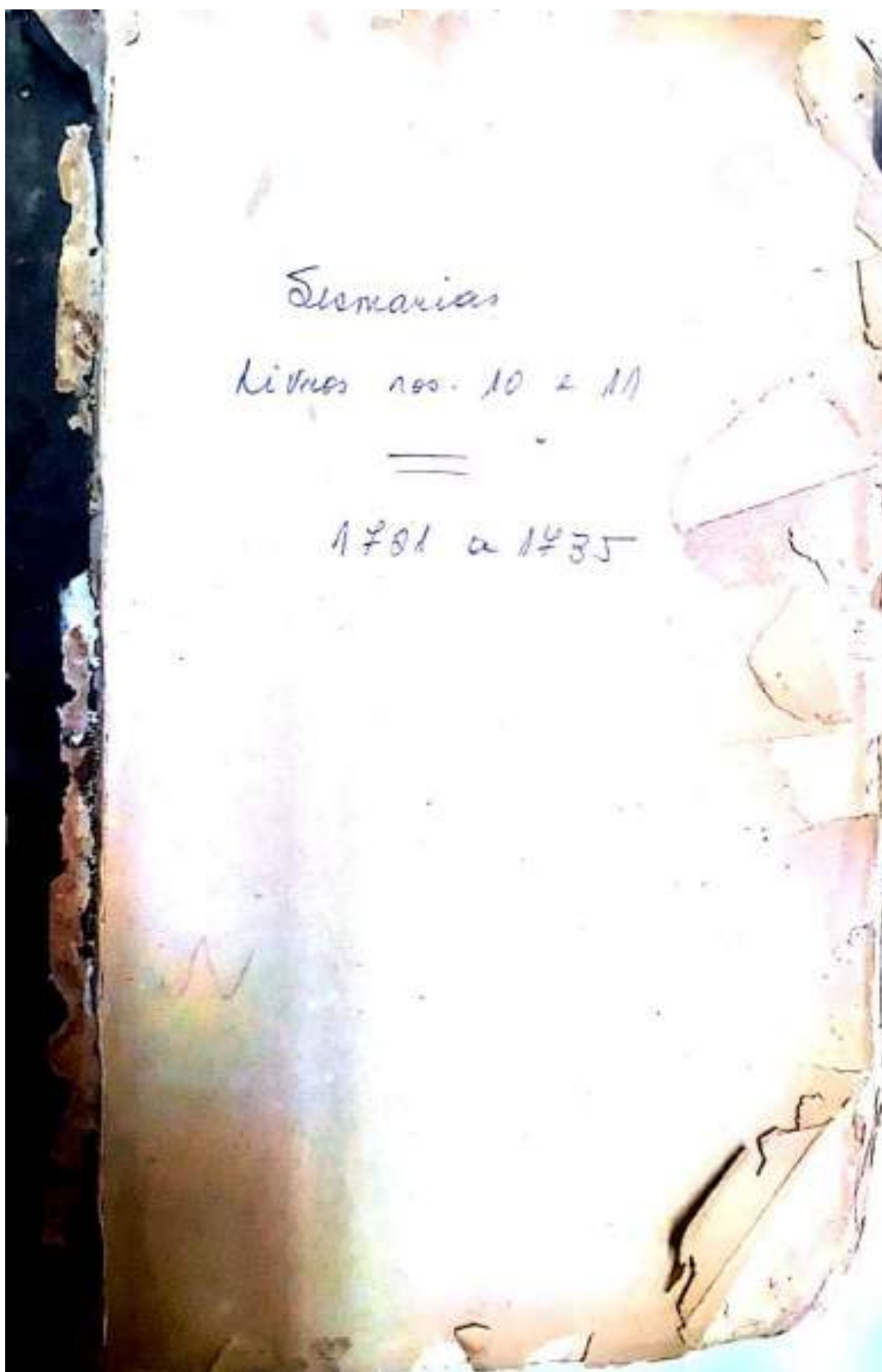
SPALDING, Julian. The poetic museum: reviving historic collections. London, Munich, New York: Prestel, 2002.

THOMSON, Keith S. Treasures on earth: museums, collections and paradoxes. London: Faber and Faber, 2002.

VAN MENSCH, Peter. O objeto de estudo da Museologia. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994. (Pretextos Museológicos, 1)

VIDAL, Lux Boelitz. O museu dos povos indígenas do Oiapoque – Kuahí. Gestão do patrimônio cultural pelos povos indígenas do Oiapoque, Amapá. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (Orgs.). Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento. Propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia do Xingó, 2008, p. 173-182

ANEXO I – Sesmarias Livros nº 10 e 11 (de 1721 a 1735)



Publiano e Informaando: Serida Capitão Major
 que chape pede, sem nos seu testador, e deus ber agrar
 de dona vint de feis como seu Langu forte vint
 de mil e trezentos e vinte e duas annos, simy goncalves
 ferdina, e de cada segundo, vinta e tres annos, do acerto
 com o do d. aberra que pede, e confronta em sua
 em nome de sua mag. que do d. f. g. y claus e deus
 pora dicando a fofaio forte vint e nove de mone
 e trezentos e vinte e doz annos, e Publio e de
 m m seu a guarim esta, feis e de delegaçay, nuff
 pot bom de concordat, como pella presente ofasta em
 sua mag. ar terra que chape pede e confronta em sua
 nao pora dicando a fofaio, a guarim de dona p. elle e de
 v m e sendentor, e dependentor, com to dar ar agrar, caa
 do te pta da, Logradontor, que nellas deus, das guarim
 didimo e deos do fofaio que nellas deus, qua da
 rido ar orden. de sua mag. e por elle da via Caminda
 a fofaio p. fofaio pora, e de deus do d. e deus
 or o fofaio, em arribos da fofaio, do fofaio, e deus
 Costa de datta a fofaio, deus, da via de fofaio
 posse qual a fofaio, e a fofaio, na forma de fofaio
 ma e de datta de mandy fofaio a fofaio, por m m
 e de datta com deus de datta ar mar que segua
 e camyria deus pontual a fofaio, como nelle de
 seu deus deus da embayta, ou camyria deus, e de
 fofaio nuffos das datta de esta capitania e de datta
 da da nuffa fofaio de datta de datta da fofaio e de
 nuffa deus deus de mar e de mil e trezentos e vinte
 annos, e de fofaio de fofaio de fofaio de datta
 e de datta.

N. 20
 *
 Datta e fofaio de datta de datta
 e deus deus deus de datta de datta
 Al deus deus

Manoel Francisco Capitão Major de datta de datta
 e de datta de datta de datta de datta de datta
 e de datta de datta de datta de datta de datta
 e de datta de datta de datta de datta de datta

... e por d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...

* Nº 1º Resolución de d'elles se ha de pagar
 de d'elles se ha de pagar ...

... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...
 ... de d'elles se ha de pagar ...

ANEXO II – Carta de autorização de pesquisa na TI Monguba de Rosa Pitaguary



MUSEU INDÍGENA PITAGUARY

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, Rosa da Silva Sousa, Coordenadora do Museu Indígena Pitaguary, e liderança do povo Pitaguary de Monguba, em concordância com as lideranças tradicionais, autorizamos a pesquisadora Yasmine Martins Barbosa, cujo CPF é 130.379.037-83, e aluna do Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz, sob a Coordenação do Prof^o Dr^o Renato da Gama-Rosa Costa e orientação da Prof^a Dr^a Alda Lucia Heizer, a realizar sua pesquisa intitulada "ENTRE A CURA E A MEMÓRIA: O HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS E O ECOMUSEU MUSEU INDÍGENA PITAGUARY", e o curso de inventário participativo do acervo do Museu Indígena Pitaguary, à serem executados na aldeia Pitaguary / Monguba, localizada no município de Pacatuba, Ceará, no período de setembro de 2018 à outubro de 2018. Evidenciamos a importância da pesquisa no fortalecimento nos conhecimentos tradicionais e culturais. Salientamos que tais pesquisas em nada prejudicará a comunidade, e sim contribuirá na produção de novos saberes e potencializará as habilidades existentes entre os jovens e os velhos da aldeia.

Reserva Indígena Pitaguary/ Monguba – Pacatuba, 26 de setembro de 2018.

Atenciosamente,

Rosa da Silva Sousa

Coordenadora do Museu Indígena Pitaguary e Liderança Pitaguary

ANEXO III – Carta de autorização de pesquisa na TI Monguba de Clécia Pitaguary



MUSEU INDÍGENA PITAGUARY

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, Ana Clécia Sousa do Nascimento, liderança do povo Pitaguary de Monguba, em concordância com as lideranças tradicionais, autorizamos a pesquisadora Yasmine Martins Barbosa, cujo CPF é 130.379.037-83, e aluna do Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz, sob a Coordenação do Prof^o Dr^o Renato da Gama-Rosa Costa e orientação da Prof^a Dr^a Alda Lúcia Heizer, a realizar sua pesquisa intitulada **"ENTRE A CURA E A MEMÓRIA: O HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS E O ECOMUSEU MUSEU INDÍGENA PITAGUARY"**, e o curso de inventário participativo do acervo do Museu Indígena Pitaguary, a serem executados na aldeia Pitaguary / Monguba, localizada no município de Pacatuba, Ceará, no período de setembro de 2018 a outubro de 2018. Evidenciamos a importância da pesquisa no fortalecimento nos conhecimentos tradicionais e culturais. Sentimos que tais pesquisas em nada prejudicará a comunidade, e sim contribuirá na produção de novos saberes e potencializará as habilidades existentes entre os jovens e os velhos da aldeia.

Reserva Indígena Pitaguary/ Monguba – Pacatuba, 26 de setembro de 2018.

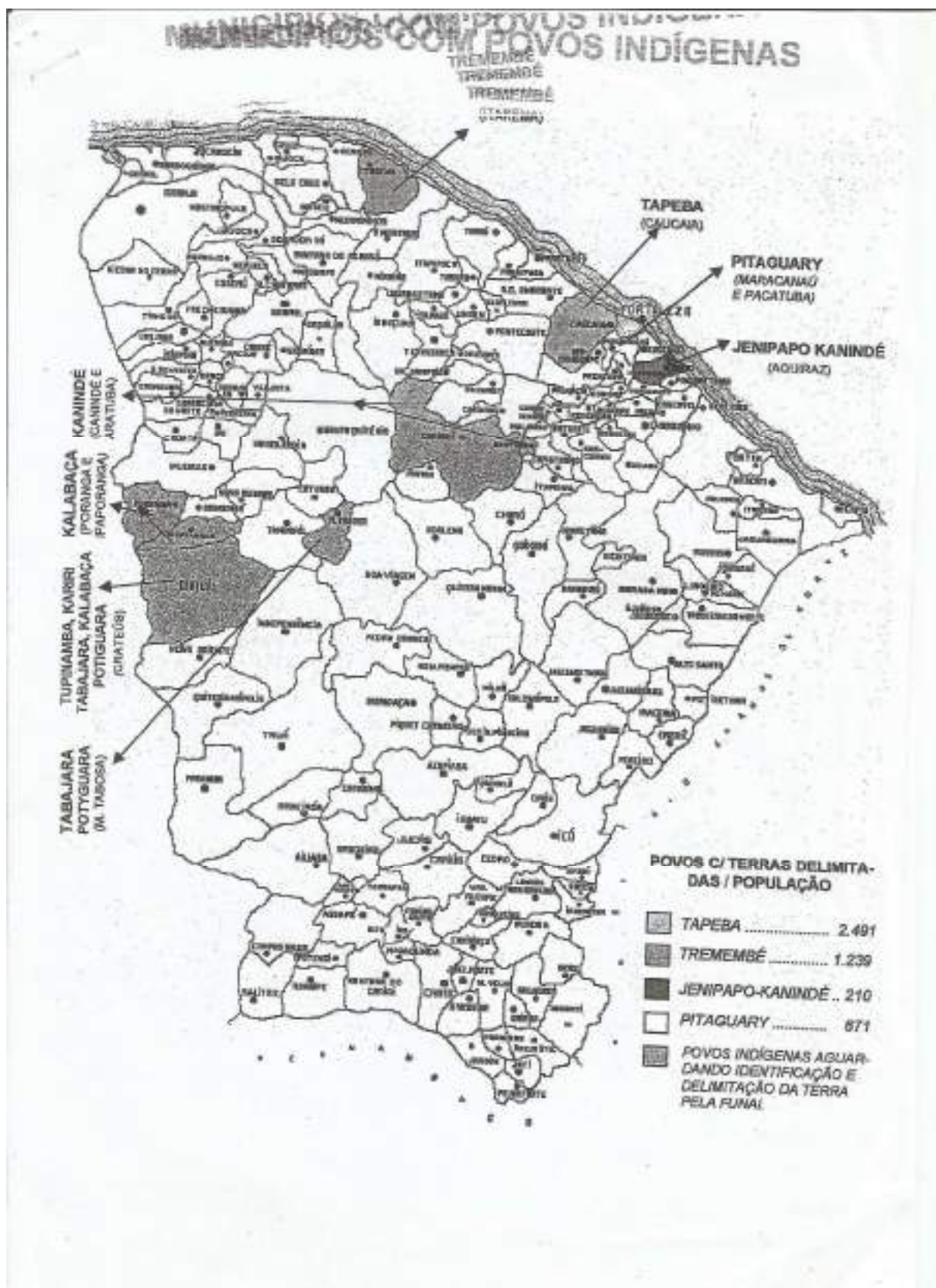
Azenciosamente,

Ana Clécia Sousa do Nascimento

Ana Clécia Sousa do Nascimento

Liderança Pitaguary

ANEXO IV – Mapa das terras indígenas no Ceará. FONTE: IPECE, 2014.



ANEXO V – fotos do acervo do museu indígena pitaguary 1



ANEXO VI – fotos do acervo do Museu Índígena Pitaguary 2



ANEXO VII - – Fotos do acervo do Museu Indígena Pitaguary 3



ANEXO VIII – Fotos do acervo do Museu Indígena Pitaguary 4



ANEXO IX – Fotos da retomada da Pedreira



ANEXO X – Foto do Pajé Barbosa e Cacique Daniel (*in memoriam*)



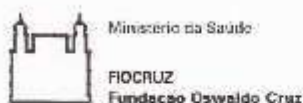
ANEXO XI – Quantitativo de Museus Indígenas no Brasil FONTE: SANTOS, Suzy da Silva; CURY, Marília Xavier (2017)

Estado	Nome	Etnia	Aldeia / TI	Cidade	Ano
AC	Ponto de Cultura Novo Tempo Bena Xina Bena Aldeia São Joaquim Centro de Memórias	Huni Kuin, Kaxinawã	Jordão		
AP	Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque	<i>Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kalinã</i>		Oiapoque	2007
	Núcleos Museológicos Indígenas do Amapá			Santana	
AM	Museu Magüta	<i>Ticuna</i>		Benjamin Constant	1988-1991
	Museu Vivo Casa Cultural Povo Kokama	<i>Kokama</i>		Tabatinga	2006
BA	Museu Indígena da Aldeia Pataxó	Pataxó		Cabrália	2000
	Museu Virtual Muka Mukau – Portal da Cultura Viva Pataxó	Pataxó	Aldeia Velha	Porto Seguro	2008
CE	Memorial Tapeba Cacique Perna de Pau	<i>Tapeba</i>	Aldeia Ponte	Caucaia	2005
	Museu dos Kariri do Crato	<i>Kariri</i>		Crato	
	Museu Cabaça de Colo	Potiguara		Monsenhor Tabosa	
	Museu Indígena Maria Firmino de Melo	Potiguara	Aldeia Tourão	Monsenhor Tabosa	2009
	Museu Indígena Casa do João de Barro	Gavião		Monsenhor Tabosa	
	Museu Potigatatu	<i>Potiguara da Serra das Matas</i>	Aldeia Mundo Novo	Monsenhor Tabosa	
	Museu Potyra		Aldeia Mundo Novo	Monsenhor Tabosa	
	Museu Potyguara	<i>Potiguara</i>	Aldeia Jucás	Monsenhor Tabosa	
	[Museu Indígena] Sebastiana Rodrigues de Pinho	<i>Potiguara, Gavião, Tabajara e Tubibatapuia</i>		Monsenhor Tabosa	
	Museu Indígena Potyगतapuia	<i>Potiguara, Gavião, Tabajara e Tubibatapuia</i>	Aldeia Mundo Novo	Monsenhor Tabosa	2010
	Museu Indígena Jenipapo-Kanindé	<i>Jenipapo-Kanindé</i>	Reserva Indígena Jenipapo-Kanindé, Lagoa	Aquiraz	2010

			Encantada		
	Museu Indígena Kanindé	<i>Kanindé</i>	Aldeia Fernandes	Aratuba	1995
	Museu Indígena Pitaguary	<i>Pitaguary</i>	Aldeias Monguba e Pacatuba, TI	Monguba e Pacatuba	2016
	Museu Indígena Tremembé	<i>Tremembé</i>	Aldeia da Praia, Área Indígena Tremembé	Praia de Almofala, Itarema	2015
	Oca da Memória	<i>Kalabaça e Tabajara</i>		Poranga	2008
ES	Memorial Tupinikim Ka'arondarapé	<i>Tupiniquim</i>			
	Ponto de Memória Ywu Porã	<i>Guarani</i>		Aracruz	
	Ponto de Memória Cerâmica Tupiniquim	<i>Tupiniquim</i>		Aracruz	
MT	Casa de Cultura Mawo – Centro de Formação, Pesquisa, Registro e Divulgação da Cultura Ikpeng	<i>Javaé e Karajá</i>	Aldeia Moygu	Parque Indígena do Xingu	2010
	Museu Comunitário e Centro de Cultura Xavante de Sangradouro	<i>Xavante</i>	Aldeia Xavante de Sangradouro	Primavera do Leste	2005
	Museu Comunitário e Centro de Cultura Bororo de Meruri	<i>Bororo</i>	Aldeia Bororo de Meruri	General Carneiro	2001
	Museu Rosa Bororo	<i>Bororo</i>	Rondonópolis		1988
PR	Centro de Memória e Cultura Kaingang	<i>Kaingang</i>		Tamarana	
PE	Casa de Memória do Tronco Velho Pankararu	<i>Pankararu</i>	Aldeia Brejo dos Padres, TI Pankararu	Tacaratu	2009
	Centro Espírita de Preto Velho Canzuá do Velho Xangô	<i>Quilombo Indígena Tiririca dos Crioulos</i>		Carnaubeira da Penha	
	Memorial Cacique Xikão Xukuru	<i>Xukuru de Ororuba</i>		Pesqueira	
	Museológicos Indígenas Kapinawá	<i>Kapinawá</i>	Território Indígena Kapinawá	Catimbau, Buique	2015
	Museu-Escola Povo Pankararu	<i>Pankararu</i>	Aldeia Brejo dos Padres, TI Pankararu	Tacaratu	2011-2012
	Museu Comunitário Indígena Pipipã			Ibimirim	2007

	Museu Comunitário e Territorial Fulni-ô	<i>Fulni-ô</i>		Agua Belas	Em formação
PI	Museu Indígena Comunidade de Nazaré	<i>Tabajara</i>		Comunidade de Nazaré, Lagos de São Francisco	
RN	Museu do Índio Luiza Cantofa e Centro Histórico-Cultural Tapuias Paiacus da Lagoa do Apodi	<i>Tapuias e Paiacus</i>		Apodi	
RS	Espaço Pávañh de Memória, Pesquisas, Produção e Formação Indígena	<i>Kaingang e Guarani</i>	TI Nonoai	Nonoai	2008
RO	Museu Paiter A Soe	<i>Paiter Suruí</i>	Aldeia Gâpgir, TI 7 de setembro	Cacoal	2016
SP	Casa da Cultura Kariri	<i>Kariri</i>	Jundiá		
	Museu Akam Oran Krenak	<i>Krenak</i>	TI Vanuire	Arco-Iris	

ANEXO XI – Carta de apresentação para ingresso em terra indígena



Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2018.

À
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
Av. Pres. Tancredo Neves, 771 - Itatiaia
25070-210 Duque de Caxias - MT

Prezados Senhores,

Vimos, por meio desta, apresentar **Yasmine Martins Barbosa**, aluna do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, desde agosto de 2017. A aluna está desenvolvendo a pesquisa intitulada "**Entre a Cura e a Memória: o horto de plantas medicinais e o Ecomuseu Museu Indígena de Pitaguary**", sob a orientação da Profa. Alda Lúcia Heizer.

O objetivo da pesquisa é promover a Interação Horto - Museu, por meio da musealização da coleção de plantas medicinais, com vistas a garantir à comunidade a preservação das práticas de cura física e espiritual, e, como produto do mestrado profissional, a elaboração de um inventário participativo das Plantas Medicinais Pitaguary.

Agradecemos desde já a colaboração dessa importante Instituição, no desenvolvimento da pesquisa da nossa aluna Yasmine, dando a autorização para que a mesma possa desenvolver a sua pesquisa na aldeia Pitaguary/Monguba, localizada no município de Pacatuba, Ceará, no período de setembro de 2018 à outubro de 2018.

Cordialmente,

Renato da Gama-Rosa Costa
Coordenador
Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão
do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde

Renato da Gama-Rosa Costa
Coordenador do PPGCP
Inscrição SIAPE nº 1353059

ANEXO XII – Solicitação para desenvolvimento de pesquisa



Of. 09/2018

Fortaleza, 26 de setembro de 2018 – Ceará.

Ao Sr. Luiz Augusto Maia Monteiro
Coordenador da CR – Nordeste II

CC Srª Rosa da Silva Sousa
Coordenadora do Museu Indígena Pitaguary

Da Yasmine Martins Barbosa
Mestranda do Programa Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ

Monguba / Pacatuba - Ceará

Prezado Senhor Luiz Augusto Maia Monteiro,

Venho por meio deste solicitar o desenvolvimento da pesquisa intitulada **"ENTRE A CURA E A MEMÓRIA: O HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS E O ECOMUSEU MUSEU INDÍGENA PITAGUARY**, a ser executada na aldeia Pitaguary / Monguba, localizada no município de Pacatuba, Ceará, no período de setembro de 2018 à outubro de 2018.

A referida pesquisa foi aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz / FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, cuja orientadora é a Profa Drª Alda Lúcia Heizer, professora no curso de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências da Saúde - COC- Fiocruz, tendo como objetivo promover a interação Horto – Museu por meio da musealização da coleção de plantas medicinais com vistas a garantir à comunidade a preservação das práticas de cura física e espiritual, e, como produto do mestrado profissional a elaboração de um inventário participativo das Plantas Medicinais Pitaguary, no que tange a musealização do Horto Botânico de Plantas Medicinais.

Serão realizadas oficinas de práticas museológicas voltadas para a documentação museológica, no que tange a criação de inventários participativos, bem como o

levantamento de dados de fontes primárias de informação juntos aos moradores da Aldeia Indígena Pitaguary de Monguba, a fim de apreender a visão dos Pitaguary acerca da sua história e identidade como indígena, informações sobre o Museu Indígena Pitaguary e o Horto de Plantas Medicinais. Segue em Anexo a proposta inicial submetida a referida Instituição.

Nesse contexto, buscando a autorização da Funai e da comunidade Pitaguary, solicitamos a realização da presente pesquisa, a qual será também submetida a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e ao SISGEN – Ministério do Meio ambiente.

Desde já agradecemos o seu salutar retorno e nos disponibilizamos à eventuais esclarecimentos sobre a proposta.

Atenciosamente,

Yasmine Martins Barbosa

Yasmine Martins Barbosa

Mestranda do Programa Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ.

(21) 991928856 / (21) 970372220

yasminemartinsb@gmail.com

ANEXO XIII – Carta de apresentação para ingresso em terra indígena

Of. 09/2018

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2018

Ao Sr. Luiz Augusto Maia Monteiro
Coordenador da CR – Nordeste II

CC Srª Rosa da Silva Sousa
Coordenadora do Museu Indígena Pitaguary

De Alda Lucia Heizer

Pesquisadora Associada do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro; professora do Mestrado e Doutorado da ENBT/JBRJ (História da Botânica); do Mestrado Profissional Preservação e Gestão do Patrimônio das Ciências da Saúde, COC/Fiocruz e de Preservação de Acervos de C&T / MAST/MCI.

Monguba/ Pacatuba - Ceará

Prezado Senhor **Luiz Augusto Maia Monteiro**,

Eu, Alda Lucia Heizer, portadora do CPF 69314870782, historiadora, Profª. de Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz, venho por meio desta solicitar a autorização para que a minha aluna e orientanda de mestrado Yasmine Martins Barbosa, portadora do CPF 130.379.037-83, pesquise junto aos indígenas Pitaguary da Reserva Indígena PitaguaryMonguba, localizada no município de Pacatuba no estado do Ceará. Yasmine, museóloga, cuja pesquisa intitulada **"ENTRE A CURA E A MEMÓRIA: O HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS E O MUSEU INDÍGENA PITAGUARY"** é minha aluna do mestrado e está desenvolvendo uma pesquisa sobre o Museu Indígena Pitaguary e o horto das plantas medicinais. Para isso Yasmine precisa estar em contato com o Pajé Barbosa e a comunidade da aldeia Pitaguary para uma melhor compreensão sobre o significado do horto das plantas medicinais para aquela comunidade. A aluna já passou pela qualificação de mestrado com os professores doutores Alexandre Quinet do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Rafael Zamorano do Museu Histórico Nacional e foi aprovada. No entanto, para que ela dê prosseguimento à dissertação será necessária a pesquisa de campo. Desde já, agradeço a vossa compreensão.

Cordialmente,



Alda Lucia Heizer

ANEXO XV – Retificação da habilitação de Pontos de Memória

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus

RETIFICAÇÃO

No Edital nº 23 – Lista de Habilitação do Prêmio Pontos de Memória 2011, publicada no D.O.U., no dia 7 de dezembro, seção 3, páginas 20 e 21, a Lista de Habilitação passa a ter seguinte redação:

Lista de Habilitação do Prêmio Pontos de Memória				
Categoria 1 – Ponto de Memória no Brasil				
N.º da Proposta	Nome do Proponente	Nome da proposta	Município	UF
39096	ACURBE - Associação Cultural e Recreativa de Belém	Resgate e preservação da memória dos Imigrantes Pomeranos no estado do Espírito Santo.	Santa Maria de Jetiba	ES
39183	Fundação Brasil Cidadão para a Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente	Memórias da Cultura de Icapui	Fortaleza	CE
39488	Instituto Baobá de Cultura e Arte	Ponto de Memória Museu Ibaó	Campinas	SP
39986	Museu de História e Ciências Naturais	Memórias da Mata Mineira	Além Paraíba	MG
61340	Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-metragistas Sacoção Sergipe	Memória Audiovisual Sergipana	Aracaju	SE
61436	Ludovicus - Instituto Câmara Cascudo	Digitalização e disponibilização do acervo de jornais.	Natal	RN
61551	Associação de Amigos da Biblioteca Pública	Arquivo de lembranças	Ourinhos	SP
61718	Núcleo de Educadores Populares do Sertão	NEPS	Dormentes	PE
61750	Fundação Cultural Cabras de Lampião	Ponto de Memória Cabras de Lampião	Serra Talhada	PE
61909	Centro de Criação Galpão das Artes	Ponto de Memória Galpão das Artes	Limoeiro	PE
61957	Alm.A - Associação Intercultural de Projetos Sociais	Roda Memória - Mestres da Cultura Popular em Londrina	Londrina	PR
62064	Associação dos Proprietários, Artistas e Escolas de Circo do Ceará	Resgate da Memória Circense e Difusão dos Saberes	Fortaleza	CE
62076	Iniciativa de Formação e Observatório Cultural	Histórias de Trabalho na Cultura	São Bernardo do Campo	SP
62103	Associação Cultural Comunitária e Carnavalesca Arca do Axé	Projeto Centro de Memória Arca do Axé	Salvador	BA
62434	Fundação Casa da Cultura	Resgate da História Oral de Patrocínio	Patrocínio	MG
62510	Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância	A infância da memória: práticas museais no Horto e na Rocinha	Rio de Janeiro	RJ
62556	Instituto Inserção Latina	Contando Histórias do Pompão	Belo Horizonte	MG
62639	União dos Moradores de Baiacut	Ponto de Memória Memorial do Povo de Baiacut - saberes ancestrais, cultura popular, ofícios e história do povo do Quilombo Baiacut - Icatu	Icatu	MA
62679	Associação Quilombola da Região de Santa Maria de Guaxanduba	Ponto de Memória Forte de Santa Maria de Guaxanduba	Icatu	MA
62724	Movimento Cultural Penha	Centro de Pesquisa Hedesmir Linguette	São Paulo	SP
62851	Associação Taliani d'Ipumirim	O Canto Resgata Cultura e Uma Geração	Ipumirim	SC
62861	Associação Galpão	Preservação da Memória do Grupo Galpão	Belo Horizonte	MG
62897	Casa da Cultura de Paula Cândido	Memórias Vivas	Paula Cândido	MG
62937	FUNDAL - Fundação Antônio Almeida e Silva	A antropologia e a história socio-política do povo ipirassense	Salvador	BA
62998	A Câmara Clara - Instituto de Memória e Imagem	Câmara Clara - Memórias em movimento	Atibaia	SP
63148	Associação Reviva	Manutenção do acervo de memória do Ponto de Cultura Estrela de Ouro	Olinda	PE
63203	Associação Amigos das Missões	Apoio ao Ponto de Memória Missionária	São Miguel das Missões	RS
63253	Círculo Operário do Cruzeiro	Realizando o Museu Comunitário da Estrutural	Brasília	DF
63360	Associação dos Produtores Rurais Remanescentes do Quilombo de Outeiro	Ponto de Memória, Memorial do Quilombo de Outeiro - memória, saberes e história na construção da identidade de um povo.	Monção	MA

4

Ad

Termo de registro de terras de propriedade de Antonio Jari de Pombal no lugar denominado Marangapá.

No dia 15 de maio de 1850 em Curitiba, do termo do Nascimento de São Paulo, Leôncio de Brito, nesta Povoação de Marangapá termo da cidade de Fortaleza de Ceará, foi presente Antonio Jari de Pombal; e por elle se fizeram e entregues dois exemplares de mesmo termo com as Dimensões de se referida terra, e são as seguintes:

Dimensões das minhas terras no lugar e povoação de Marangapá, termo de Fortaleza, do termo da cidade de Fortaleza, que se haem por sempre a Elleição e Alto Figueredo Machado, e Sua mulher, e eu Termo da maneira seguinte: parte pela e parte pela

5

